



**Ministério Público**  
do Estado de Rondônia  
*em defesa da sociedade*

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIMENTA BUENO**  
**2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA**

**INQUÉRITO CIVIL**

**Interessado: Ministério Público do Estado de Rondônia**

**2ª Promotoria de Justiça de PIMENTA BUENO/RO**

**Objeto:** Apurar eventual desvio de recurso público oriundo do Convênio nº 030/2017/FITHA, pelo Município de São Felipe D'Oeste/RO.

**PORTARIA Nº 007/2019/2ªPJPB**

1. O **Ministério Público do Estado de Rondônia**, apresentado pelo Promotor de Justiça subscrevente, no uso das atribuições legais na 2ª Promotoria de Justiça de Pimenta Bueno/RO;

2. **CONSIDERANDO** que são atribuições do Ministério Público a garantia da ordem jurídica e a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos (art. 129, III, CF; art. 81, parágrafo único, I, II e III c/c art. 82, I, do CDC e; Lei Federal n. 7347/85);

3. **CONSIDERANDO** que os princípios da **legalidade**, **impressoalidade**, **moralidade**, publicidade e eficiência, estampados no art. 37, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil, norteiam Administração Pública de forma em geral e constitui ato de improbidade administrativa aquele que os atente, por ação ou omissão;

4. **CONSIDERANDO** que constitui ato de **improbidade** administrativa importando **enriquecimento ilícito** auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º da Lei 8.429/92 (art. 9º, *caput*, LIA), e notadamente:



**Ministério Público**  
do Estado de Rondônia  
*em defesa da sociedade*

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIMENTA BUENO**  
**2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA**

4.a. – incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º da Lei 8492/92; (art. 9º, inc. XI, LIA);

4.b. – usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º da Lei 8492/92 (art. 9º, XII, da Lei 8.429/92);

5. **CONSIDERANDO** que também constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

5.a. – **praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência** (art. 11, I, da Lei 8.429/92);

6. **CONSIDERANDO** que aportou nesta Promotoria de Justiça, documentos e informações, os quais tratam de análise feita pela Câmara Municipal de São Felipe D'Oeste, constatando irregularidades na contratação de serviço do transporte escolar no município de São Felipe D'Oeste/RO (Processo 1007/17-Câmara Municipal de São Felipe-RO);

7. **CONSIDERANDO** a necessidade em aprofundar as investigações, reunindo todos os documentos necessários para melhor compreensão dos fatos.

8. **R E S O L V E** instaurar Inquérito Civil com a seguinte finalidade:



**Ministério Público**  
do Estado de Rondônia  
*em defesa da sociedade*

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIMENTA BUENO**  
**2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA**

Apurar eventual desvio de recurso público oriundo do Convênio nº 030/2017/FITHA, pelo Município de São Felipe D'Oeste/RO.

9. Diante disso, adotem-se as seguintes providências:

10. A tramitação deste feito ocorrerá no âmbito do NAE desta Promotoria de Justiça, mediante a assinatura de termo de compromisso, em cumprimento ao art. 9º, inciso V, da Resolução nº 005/2010-CPJ;

11. Registre-se e autue-se, procedendo a numeração dos autos e efetuando a alteração de classe do feito no sistema *ParquetWeb*;

12. Encaminhe-se extrato desta Portaria de Instauração para publicação no Diário de Justiça, conforme determina o artigo 9º, § 1º, e art. 40 c/c art. 41 da Resolução nº 005/2014-CPJ;

13. Remeta-se cópia da presente ao Conselho Superior do Ministério Público, para conhecimento, na forma do art. 9º da Resolução Conjunta 001/2013-PGJ/CG;

14. Expeça-se Ofício ao Município de São Felipe D'Oeste, solicitando o encaminhamento de cópia do Convênio 030/2017/FITHA;

15. Oficie-se ao Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos (DER-RO), solicitando o encaminhamento da prestação de contas relativa ao Convênio 030/2017/FITHA, firmado com o Município de São Felipe D'Oeste/RO;

16. Após, conclusos.

Pimenta Bueno/RO, 01 de fevereiro de 2019.



**Ministério Público**  
do Estado de Rondônia  
*em defesa da sociedade*

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIMENTA BUENO**  
**2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA**

André Luiz Rocha de Almeida

**PROMOTOR DE JUSTIÇA**